

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ATA N.º 05/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA TREZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 36 folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----  
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----  
VEREADORA **Fátima da Conceição Lobão Santos da  
Silveira Amorim**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

No dia 13 de fevereiro de 2012, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

### **Período da Pré Ordem do Dia**

Após saudação, a Presidente enumerou os pontos fora da agenda, cuja inserção foi aprovada por unanimidade.-----

A Presidente indicou de seguida os atos realizados no âmbito da delegação de competências, no último mês, entregando cópia dos mesmos para conhecimento.-----

De seguida a Presidente informou que os bailinhos de Carnaval vão atuar entre sábado e terça-feira, no Teatro Angrense, como habitualmente.-----

Deu conta seguidamente que já foram publicados para discussão pública, os seguintes regulamentos: Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), o Regulamento de Táxis e o Regulamento de Esplanadas. O Vereador Fernando Dias questionou sobre o prazo de discussão pública com o objetivo de saber se a mesma será concluída a tempo da próxima Assembleia Municipal. A Presidente deu conta que o prazo é de trinta dias, terminando por isso, depois da próxima Assembleia Municipal. O Vereador Fernando Dias inquiriu se irá algum regulamento para apreciação na referida assembleia. A Presidente disse não ter conhecimento, anotando ainda não ter visto a agenda.-----

O Vereador António Ventura deu conta de ter recebido queixas de munícipes que se sentem inseguros nas suas residências, nomeadamente, por falta de iluminação em determinadas ruas, temendo possíveis assaltos. Indagou se a Câmara recebeu queixas nesse sentido, questionando ainda se têm havido mais assaltos por via da diminuição da iluminação pública. A Presidente disse não ter tido conhecimento de nenhuma queixa na

Câmara, destacando que irá apresentar a questão à PSP, numa reunião agendada para a corrente semana.-----

O Vereador António Ventura disse ainda ter recebido queixas de munícipes relativamente ao surgimento de garrafas e seringas na Estrada Gaspar Corte-Real, chamando a atenção para questões relacionadas com segurança e higiene, sublinhando que a situação lhe foi reportada por mais do que uma pessoa. A propósito, a Vereadora Teresa Valadão acrescentou que um dos funcionários que faz a limpeza da referida zona lhe chamou a atenção para questões relacionadas com a segurança das pessoas que desempenham estas funções e que se têm deparado com esta situação, concluindo que esta se tem verificado, com mais permanência desde há um ano. Acrescentou que esta situação de torna problemática tanto para quem circula nesta zona, como para quem faz a limpeza do areal da Prainha.-----

O Vereador António Ventura reportou-se de seguida à petição que deu entrada na Câmara, relativamente à Rua da Miragaia, apontando que a Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa já se pronunciou em relação à mesma, que será enviada para conhecimento da Câmara e que o assunto irá a Plenário no mês de março. Neste sentido indagou se a Câmara já deliberou em relação a esta petição. A Presidente respondeu negativamente, acrescentando que a posição dos moradores é legítima, considerando que há um problema de circulação numa rua que disse ser muito inclinada, com calçada muito gasta, ressaltando a necessidade de uma intervenção. A Presidente sinalizou ainda o problema de estacionamento sobre o qual os moradores também se queixam. O Vereador António Ventura deu ainda conta que o parecer da referida comissão indica que a Câmara deve ponderar a melhor solução técnica a adoptar, acrescentando que os grupos parlamentares poderão apresentar projetos de resolução, com base na discussão da Assembleia, chamando a atenção para as vantagens da Câmara se pronunciar até março, uma vez que o processo deu primeiro entrada na autarquia.-----

Ainda neste âmbito, o Vereador António Ventura referiu-se a outra petição sobre o alargamento do horário do Mercado Duque de Bragança, indagando sobre como está essa situação. A Presidente referiu que deu conhecimento, em anterior reunião, que seria feita uma tentativa de ajustar o horário.-----

O Vereador António Ventura referiu, de seguida, a petição relativa ao Parque Arqueológico da Baía de Angra, inquirindo se a mesma já deu entrada. A Presidente disse não ter conhecimento que tal tenha acontecido.-----

O Vereador António Ventura ressaltou o facto da Assembleia Legislativa ter de se pronunciar e de decidir sobre a extinção e formação de freguesias, destacando a necessidade de a Câmara Municipal ter preparada uma solução consensual sobre o concelho de Angra, anotando que será chamada a pronunciar-se, por via dos critérios que a comissão definir. Nesse sentido, sugeriu a marcação de uma reunião de trabalho com este objetivo. A Presidente destacou o facto de terem vindo a ser feitas adaptações ao Documento Verde, nomeadamente em relação aos critérios, concluindo ser preciso conhecer em pormenor a decisão final, concordando com a realização da reunião de trabalho. O Vereador António Ventura sublinhou, seguidamente, a diferença de posições sobre quem deve decidir sobre a extinção e formação de freguesias, se a Assembleia Legislativa ou a Assembleia da República.-----

O Vereador António Ventura questionou quais as ações realizadas pela Câmara de Angra no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado de 2011. A Presidente informou que o Banco de Voluntariado está em andamento, acrescentando que terá de reunir mais informação junto dos serviços.-----

O Vereador António Ventura deu conta de ter sido informado que alguns jovens praticam *skate* junto à Segurança Social, durante o fim-de-semana, chamando a atenção para esta situação para o bem e segurança de todos. A Presidente indagou sobre que tipo de intervenção poderiam ter, afirmando que não é uma situação ilegal, que poderá apenas causar danos patrimoniais. O Vereador António Ventura realçou a questão da segurança.-----

O Vereador António Ventura apontou a entrada para o parque industrial da Grota do Vale, indicando que um carro de Bombeiros não a consegue descer. Disse ter conhecimento que a Câmara tem um processo em tribunal para poder criar outro acesso, anotando a morosidade destes processos, inquirindo se há informações sobre o mesmo. A Presidente respondeu que este é um processo que já decorre há algum

tempo, anotando o facto de haver um desentendimento em relação ao acesso e se este é público ou privado e se poderá ser ou não ser utilizado.-----

O Vereador António Ventura indagou se a questão das instalações da Capitania está resolvida, dando conta que estava a ser equacionada a possibilidade de esta ser deslocalizada para a Praia da Vitória, considerando que deve ser feito um contacto no sentido de perceber o ponto da situação.-----

O Vereador António Ventura inquiriu também sobre o atual ponto de situação das negociações com o proprietário da pocilga junto à nova escola da Ribeirinha. A Presidente respondeu que ainda não entrou em contato com o proprietário. O Vereador José Élio Ventura deu conta que teve a possibilidade de ir às obras da escola da Ribeirinha e ver a proximidade da pocilga, concluindo não haver ainda nenhuma decisão sobre a matéria. O Vereador António Ventura recordou o processo de diálogo que havia por parte do anterior executivo, que a Presidente disse que será retomado urgentemente.-----

A Vereadora Teresa Valadão lembrou a questão relacionada com o imóvel da Rua de São João, referida em anteriores reuniões, frisando que o cheiro se têm feito sentir, de uma forma mais intensa. Destacou, ainda, que os plásticos estão no chão, juntamente com as pombas mortas, concluindo que é um cenário pavoroso. Alertou ainda para o perigo de circulação em dias de chuva, causado pelos dejetos das referidas pombas, acrescentando que, no entanto, a limpeza é feita impecavelmente, mas há alguém que alimenta os animais, que acaba por permitir que crie bolor no chão. A Vereadora recordou a sugestão da Presidente em vedar o local, considerando que seria uma forma de encobrir o cenário que descreveu. A Presidente deu conta que na passada sexta-feira chegaram três propostas para vedar o local, afirmando que achou uma delas, da autoria de um artista terceirense, muito interessante, indicando que a dava a conhecer depois da reunião. Em relação ao mau cheiro, apontou que será notificado o proprietário.-----

A Vereadora Teresa Valadão referiu-se de seguida uma obra, a decorrer também na Rua de São João, em frente ao edifício referido anteriormente. Constatou que a obra parou, mas que continuam no local as vedações, ressaltando ainda os transtornos ao nível do estacionamento. A Presidente respondeu não ter conhecimento de embargo à obra.-----

Por outro lado, a Vereadora Teresa Valadão afirmou que a limpeza urbana está muito melhor, e que importa também reportar quando as coisas correm bem. Aproveitou para contar uma situação que viu outro dia e que de imediato alertou a pessoa que estava a colocar o lixo na rua para os horários de recolha e passagem da viatura.-----

A Vereadora reportou-se à questão do inquérito relativo à requalificação urbana. A Presidente sugeriu que fosse o secretariado a agendar uma reunião, para depois do Carnaval, para retomarem o processo.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta de ter recebido os pareceres das entidades que remeteram resposta, que a Vereadora Teresa Valadão disse terem sido: o Instituto Histórico da Ilha Terceira, o Instituto Açoriano de Cultura e alguns particulares.-----

O Vereador Alonso Miguel sugeriu que quando houver pontos fora da agenda estes sejam apresentados com a respetiva informação. A Presidente deu conta que ficam disponíveis na sexta-feira, na internet, no portal dos documentos da reunião de câmara.-

O Vereador Alonso Miguel apontou de seguida uma questão relativa à EDA, nomeadamente ao plano de poupança de energia, dando conhecimento que recebeu queixa que estão a ser retiradas as lâmpadas junto a algumas casas. Sugeriu que a Câmara faça um pedido de esclarecimento à EDA, no sentido de perceber qual o critério seguido, questionando ainda quem fez este plano ao nível das vias municipais ou regionais. A Presidente esclareceu qualquer diminuição de iluminação está a ocorrer nas vias regionais.-----

O Vereador Alonso Miguel deu conta de ter recebido queixas relativamente ao mau cheiro nos ecopontos do Alto das Covas, indagando sobre a limpeza dos mesmos pelo carro que esteve a fazer a limpeza dos contentores e ruas. O Vereador José Élio Ventura respondeu que não ficou decidida a forma da lavagem, que disse ser necessária. Em relação ao caso em concreto disse que ficou com a nota, por forma a encontrar uma solução para o problema.-----

O Vereador Alonso Miguel indicou, ainda, a situação dos caixotes de lixo junto ao quiosque da Praça Velha, recordando que era suposto serem guardados no interior. A Presidente confirmou que o quiosque foi feito com esse cuidado e que o fiscal ia averiguar.-----

O Vereador Alonso Miguel recordou dois pedidos de esclarecimentos feitos pelo próprio. O primeiro sobre a raia pintada na freguesia da Ribeirinha, que disse ter informação de nunca ter passado pela Comissão de Trânsito, referiu que a Vereadora Raquel Silva tinha ficado de verificar a situação. Deu conta de ter pedido alguns documentos sobre o campo de jogos da Ribeirinha, uma vez que há duas equipas que lá treinam, havendo questões sobre quem tem direito a estar no campo, sempre que muda a direcção do Boavista. Concluiu que o objetivo do pedido é perceber se há algum contrato que defina de que forma o campo é utilizado em horário nobre pelo Boavista. A Presidente explicou que a utilização dos espaços desportivos e os respetivos horários estão regulamentados, de acordo com as idades dos praticantes ou patamares desportivos, acrescentando que poderá sempre haver um entendimento entre as partes, mas que será reunida informação sobre este assunto.-----

O Vereador Alonso Miguel indicou que foi feito um pedido à Câmara, pela senhora Cristina Alexandra Bettencourt da Costa, solicitando o arranjo da canada de acesso à sua casa, sita na Canada da Adelaide, nº35, ressaltando que este pedido foi apresentado várias vezes ao Presidente da Junta de Freguesia da Feteira, entre junho e setembro de 2011, mas que o mesmo nunca reencaminhou o assunto para a Câmara e que, por isso, resolveu fazer o pedido diretamente à Câmara. Nesse sentido, inquiriu se o pedido deu entrada e se já foi tomada alguma diligência nesse sentido.-----

O Vereador Alonso Miguel referiu que recebeu algumas queixas sobre o edifício da antiga Residencial Cruzeiro, junto aos Bombeiros e sobre o facto de neste terem sido encontradas seringas, bem como pessoas que lá pernoitam. Chamou a atenção para as questões de segurança e de higiene que se impõem. A Presidente deu conta que há duas situações distintas, uma primeira quem vira para a Ladeira de São Francisco, onde disse existir um edifício que constitui perigo, situação sobre a qual acrescentou ter sido efetuada notificação ao proprietário, para vistoria, anotando que se está a aguardar relatório, para definir o que constitui perigo para a via pública. Indicou que se a Comissão de Vistorias der um prazo de execução de trinta dias o proprietário terá de

fazer obras neste prazo e se tal não se verificar a Câmara pode tomar posse administrativa do imóvel para fazer a intervenção, por administração direta ou por empreitada, cujo valor será depois cobrado ao proprietário. Em relação à segunda situação, em que o edifício não constitui perigo para a via pública, a Presidente deu conta de não ter conhecimento da situação reportada pelo Vereador Alonso Miguel, que poderá constituir outro tipo de perigo.-----

O Vereador Fernando Dias indagou sobre a construção do Canil Municipal, ressaltando ter lido que a mesma estava prevista para este ano. A Presidente esclareceu ter dito, em resposta a um jornalista, que havia vontade de iniciar a obra ainda este ano. O Vereador Fernando Dias indicou que estão previstos cinco euros para esta obra, informação que a Presidente disse ter referido, que está previsto um valor residual e que o valor total da obra rondará os cem mil euros. Deu conta de ter manifestado ainda que o atual Canil Municipal não reúne as condições ideais.-----



## Período da Ordem do Dia

### **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

#### Desfile Infantil de Carnaval

Ent. 803 – Ofício n.º 573, de 8.02.2012 da Culturangra solicitando autorização para a realização do tradicional desfile infantil de carnaval, no próximo dia 17 de Fevereiro, entre as 9h30 e as 12h30, devendo para o efeito ser interrompido o trânsito entre o Alto das Covas e a Praça Velha, nos termos do artigo 8.º, n.º 1, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, entre as 9H30 e as 11H00.**-----

O Vereador José Élio Ventura chamou a atenção para o parecer vinculativo da Polícia de Segurança Pública, destacando que o mesmo indica, em relação à proposta de horário, que o desfile deverá ser feito entre as nove horas e trinta minutos e as onze horas, por ser a hora que causa menos transtorno. A Presidente acrescentou que tinha ficado estipulado esse horário com a entidade organizadora, sugerindo que votassem este horário.-----

#### Variedade Taurina

Ent. 770 – Pedido de licenciamento para a realização de uma variedade taurina (Tourada dos Estudantes), efetuado por **Tomás Gonçalves Ortins**, a qual terá lugar no dia 19 de fevereiro de 2012, na Monumental Praça de Touros da Ilha Terceira, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 64.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A, de 16 de Março.-----

O presente pedido não se encontra acompanhado da licença de funcionamento da praça. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

A Presidente ressaltou que o pedido não se encontra acompanhado da licença de funcionamento da praça e que não há tempo útil para renovação da mesma antes da realização da tourada, apontando que ou é autorizado dessa forma ou a tourada não se realiza.-----

### Trasladação de Ossadas

Ent. 619 – Pedido de trasladação de ossadas, efetuado por **Rosa Maria Soares Pereira**, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

### Pedido de apoio em espécie

Ent. 354 – Requerimento de **Tomás Gonçalves Ortins**, de 19 de janeiro de 2012, solicitando a colaboração desta Câmara Municipal, no sentido de serem disponibilizadas três carrinhas, destinadas ao desfile da tourada dos estudantes, a ter lugar no dia 19 de Fevereiro, para autorização pelo órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

### Pedido de Apoio

Ent. 169 – Pedido de 10 de Janeiro de 2011, da **A.C.T.U.S.A – Associação Cultural T.U.S.A.**, solicitando apoio monetário para fazer face às despesas de deslocação ao “II Encontro Mundial de Tunas” em Espanha. Para autorização do órgão executivo a atribuição de 700€ (setecentos euros), nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de €700,00 (setecentos euros).**-----

### Protocolos de Delegação de Competências

Ent. 200 – Proposta de 31 de Janeiro de 2012, da **Presidente da Câmara Municipal**, no sentido de serem celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Angra do Heroísmo, protocolos de delegação de competências e de colaboração de interesse

municipal, os quais tem por objeto a cooperação financeira, de forma a realizar as atividades de interesse municipal, a execução da limpeza e manutenção da rede viária municipal, a manutenção de urbanizações sociais, e a realização de obras previstas nas grandes opções do plano para 2011, para aprovação das respetivas minutas dos protocolos, nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou as minutas dos protocolos em causa.**-----

O Vereador Fernando Dias solicitou o quadro resumo da Delegação de Competências, mencionado na proposta.-----

### **Atribuição de bolsas de estudo no âmbito do** **Bolsangra – Análise de candidaturas**

Ent. 203 – Proposta da **Presidente da Câmara Municipal** no sentido de se aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo no Concelho de Angra do Heroísmo – BOLSANGRA, a ata da comissão de análise das candidaturas de atribuição de bolsas de estudo, bem como a lista de classificação provisória dos bolseiros, que se encontram em anexo à referida proposta. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou a ata em causa, bem como a lista de classificação provisória dos bolseiros.**-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para um caso em que a situação do candidato não está bem definida. Nesse sentido, a Presidente leu o parecer da comissão de análise em relação a esse caso, nomeadamente a referência ao facto de o candidato não ter apresentado atestado de residência e a questão levantada em relação à ausência de rendimentos, tendo sido solicitada a Declaração de IRS dos pais, que atestaram que o mesmo vive sozinho e que está por sua conta. Em suma, embora estejam formalmente reunidas as condições de acesso à bolsa de estudo, a comissão considera que não foram prestados todos os esclarecimentos, propondo-se então que o candidato seja admitido condicionalmente, para que até à audiência dos interessados reúna todos os elementos necessários, por forma a comprovar que vive sozinho e como garante a sua subsistência como estudante fora da área de residência.-----

O Vereador Fernando Dias questionou sobre o local do atestado de residência, que a Presidente disse ser o do Concelho. A Presidente explicou ainda que no caso de o candidato não apresentar a informação solicitada será admitido o que figura de seguida na lista.-----

O Vereador Fernando Dias indagou sobre o limite de idade fixado no regulamento. A Presidente deu indicação de ser os trinta e cinco anos.-----

### **Novas carreiras urbanas de Angra do Heroísmo**

Ent. 750 - Ofício da **Empresa de Viação Terceirense Lda**, respeitante ao aumento da tarifa base das duas novas carreiras urbanas para 0,79, bem como do consequente aumento do valor a pagar pela Câmara Municipal no montante de € 24 780,00, para conhecimento do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

A Presidente anotou que o ponto vem para conhecimento, uma vez que já tinha sido aprovado anteriormente e que se trata da atualização do valor, bem como do aumento do montante a pagar pela Câmara Municipal.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu sobre qual o valor pago à EVT no ano 2011. A Presidente respondeu que em 2011 o pagamento foi de mil trezentos e setenta e cinco euros, pelo serviço de transporte diário (dias úteis) e de duzentos e cinquenta euros aos sábados, anotando que agora passa para mil e duzentos e trinta e sete e cinquenta, pelo dia útil e duzentos e vinte e cinco euros para os sábados. O Vereador Fernando Dias solicitou os valores totais de 2011, para perceber também quanto é que custará no ano 2012, com as novas condições, pese embora agora haja um aumento do número de quilómetros com esta nova proposta. A Presidente recordou a existência do percurso sazonal até à Silveira. O Vereador Fernando Dias concluiu a importância de perceber os valores em causa.-----

**Aquisição de serviços**  
**– emissão de parecer prévio**

Ent. 202 - Proposta da **Presidente da Câmara Municipal** no sentido de o órgão executivo emitir parecer prévio favorável relativamente à aquisição do serviço de transporte público interparques em minibus à E.V.T – Empresa de Viação Terceirense, Lda, nos termos do artigo 26.º, n.ºs 4 e 8 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para 2012. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, deliberou emitir parecer favorável respeitante à aquisição do serviço supracitado.**-----

A Presidente recordou terem discutido este assunto em reunião informal, indicando que o objetivo é implementar esta medida a partir do dia 2 de abril do corrente ano. A Presidente anotou que a adoção da proposta implica que seja prolongado o serviço da EVT, sendo a única empresa com capacidade para dar resposta neste mês e meio, até à entrada em vigor da proposta que foi aprovada, que prevê que os transportes passam a ser pagos, com um custo de vinte cêntimos para o município, assumindo a autarquia o remanescente, prevendo ainda a implementação de dois novos circuitos urbanos, que substituem o atual serviço de *mini-bus*.-----

O Vereador Fernando Dias sublinhou que na altura do início dos *mini-buses* a filosofia tinha por base a ideia que os utilizadores seriam os dos parques, para incentivar a utilização dos mesmos, anotando que com a atual proposta esta filosofia deixa de existir, sublinhando que, pese embora tenha havido esta ideia inicial, os *mini-buses* desde o início e por falta de fiscalização, sempre foram utilizados pela população em geral. Reportou-se à discussão em torno desta questão, concluindo que não foi encontrada uma solução. Considerou que os utilizadores dos parques são penalizados. Manifestou que a filosofia inicial, que tinha por objetivo retirar o trânsito da cidade e deixar o estacionamento no centro para os estacionamentos pontuais, não se cumpriu, concluindo que tal é lamentável. Sublinhou, no entanto, a possibilidade de se adquirir um passe mensal no valor de cinco euros por mês com viagens ilimitadas.-----

A Presidente deu conta que há procura dos parques de estacionamento e que estes estão cheios, o que significa menos trânsito no centro da cidade.-----

O Vereador António Ventura apontou que se deve avançar com um estudo sobre trânsito e estacionamento no Concelho, ressaltando a importância do mesmo. Considerou que o estudo trará uma solução final e mais abrangente sobre a diferenciação e utilização deste transporte, questionando a data de previsão de entrega do estudo.-----

O Vereador Alonso Miguel disse concordar com as considerações feitas sobre o assunto, destacando que as pessoas que utilizam os parques para trabalhar fazem-no em horas específicas, de manhã e ao fim da tarde.-----

A Presidente recordou o objeto da votação, sublinhando que os critérios foram discutidos anteriormente em reunião de Câmara, realçando a importância de haver um período de adaptação e divulgação da nova medida.-----

#### **Plano de arrendamento de baldios**

##### **– pedido de parecer**

Ent. 576 – Ofício n.º 29/2012 de 23.01.2012 do **Serviço Florestal da Terceira**, com vista a emissão de parecer pelo órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2008/A, de 24 de Julho de 2008. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável quanto ao assunto.**-----

#### **Empreitada das Calçadas da Cidade de Angra do Heroísmo**

##### **– Fase 1**

Ent. 491 - Solicitação da empresa **PE**, que fiscaliza a empreitada de remodelação das calçadas da cidade de Angra do Heroísmo, para que lhe seja concedida autorização para proceder a contatos com as entidades que exploram infra-estruturas no sub-solo dos arruamentos (PT, ZON e EDA). Vem informado favoravelmente pelo DDSGT. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos**

**Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, autorizou este pedido.-----**

O Vereador Alonso Miguel questionou se esta autorização não podia ter sido solicitada previamente. A Presidente indicou que a empreitada não começou há muito tempo e que agora é que esta necessidade se impôs.-----

O Vereador Alonso Miguel afirmou que com esta intervenção a cidade está intransitável. A Presidente recordou que o processo foi aprovado em reunião de Câmara e que, na altura, optaram por esta intervenção em duas ruas de cada vez, daí a intervenção durar dois anos.-----

O Vereador António Ventura apontou a questão do estacionamento. A Presidente indicou que os moradores foram informados e que não se encontram limitados à sua zona de estacionamento. Sublinhou ainda que a escolha das zonas a serem intervencionadas foi feita com o objetivo de não criar problemas de acesso à mesma zona.-----

A Vereadora Teresa Valadão manifestou que o espaçamento entre as pedras da calçada, a longo prazo, será ainda maior, pelo que se pode constatar atualmente. A Presidente esclareceu que a intervenção ainda não está concluída e que as pedras serão apertadas.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para a execução, que no caso de não ser bem-feita, poderá dar lugar, a curto ou a longo prazo, a nova escavação por parte das entidades referidas. Referiu de seguida a questão das calhas técnicas, que disse serem corredores comuns ao longo das ruas, onde passam os cabos subterrâneos das empresas, que, em caso de intervenção, não exige a escavação da rua toda. A Presidente afirmou que é esse sistema que existe e que as entidades estão a passar as respetivas tubagens, por forma a evitar a necessidade de nova escavação das ruas, destacando que, apesar da questão estar a ser acautelada, nada garante que não possa haver uma avaria que implique uma intervenção maior. O Vereador Fernando Dias questionou como é feito o acesso a estas tubagens. A Presidente respondeu que depende, mas que há caixas nas extremidades das ruas, com a indicação da respetiva entidade.-----

**Concurso ao abrigo do acordo quadro da ANCP,**  
**para Aquisição de Combustíveis Rodoviários**  
**– 2012-2013**

Ent. 802 - Ofício n.º SAI-SMAH/2012/384, de 7 de fevereiro de 2012, dos **Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo**, remetendo o processo referente ao procedimento em epígrafe, contendo o relatório final de análise das propostas apresentadas na sequência do procedimento efetuado ao abrigo do acordo quadro AQ-CR, celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas E.P.E. (ANCP), através da plataforma VORTAL.-----

De acordo com o referido relatório não há lugar a adjudicação em virtude da exclusão da única proposta apresentada e, por conseguinte, deverá ser determinada a revogação da decisão de contratar, em conformidade com os artigos 79.º, n.º 1, alínea b), 80.º, n.º 1 e 148.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos. - **Com base nos fundamentos expostos no relatório final referente ao procedimento em epígrafe, a Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, deliberou revogar a decisão de contratar tomada na sua reunião de 17-10-2011, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º do CCP, encerrando assim este procedimento.**-----

O Vereador José Élio Ventura apontou que o assunto foi discutido em anterior reunião de Câmara e que foi autorizada a abertura de um concurso público para a aquisição de combustíveis, de várias entidades, como sejam: a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados, a Culturangra e a Teramb. O Vereador continuou a explicar que a abertura do procedimento previa uma despesa máxima e um caderno de encargos de cerca de cento e setenta e oito mil euros, indicando que a única proposta apresentada ultrapassava este valor, tendo o concurso de ser anulado. Explicou que vem agora, à consideração da Câmara, a proposta de revogação da anterior decisão de contratar.-----

**Concurso Público urgente para**  
**Aquisição de Combustíveis Rodoviários**  
**– Relatório de Adjudicação e Minuta do Contrato**



Ent. 774 - Ofício n.º SAI-SMAH/2012/355, de 6 de fevereiro de 2012, dos **Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo**, remetendo o processo referente ao procedimento em epígrafe, contendo o relatório de decisão de adjudicação e a minuta do contrato, com vista adjudicação da única proposta apresentada, da GALP AÇORES – DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, SA, nos termos do artigo 73.º do CCP e à aprovação da minuta do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 98.º do mesmo código. O valor global proposto é de € 179 986,87 (cento e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos). - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, deliberou adjudicar a proposta da GALP AÇORES – DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, SA, de 2 de fevereiro de 2012, nos termos do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos, pelo valor de € 179 986,87 (cento e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos) e aprovar a minuta do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 98.º do mesmo código.**-----

O Vereador Fernando Dias confirmou a duração do contrato, no período de um ano. O Vereador José Élio Ventura assentiu, anotando que é entre os meses de março e dezembro. O Vereador Fernando Dias indicou que este ponto vem na sequência de anterior discussão sobre o mesmo em reunião de Câmara. O Vereador José Élio Ventura anotou a urgência de conclusão do concurso até ao dia 01 de março. Deu ainda conta de que, o que se constata, é que a Galp é a única empresa com condições para prestar este serviço, anotando ainda que foi a única que apresentou proposta.-----

**Empreitada de Construção de Reservatório de Água,**  
**Estação Elevatório e Conduitas, no Poejo**  
**– Feteira – Ajustamentos à Minuta do Contrato**

Ent. 775 - Ofício n.º SAI-SMAH/2012/368, de 6 de fevereiro de 2012, dos **Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo**, remetendo o processo referente ao procedimento em epígrafe, atendendo a que o empreiteiro adjudicatário,

SOMAGUE/EDIÇOR, SA, solicitou os seguintes ajustamentos à minuta do contrato aprovada pela Câmara Municipal na reunião de 16 de janeiro de 2012, ao abrigo dos n.ºs 23.º e 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro:-----

- A redução do valor do reforço da caução, em cada pagamento parcial, de 5% para 2%;-----

- A libertação da garantia bancária, já prestada, um ano após a receção provisória da obra.-----

O assunto foi presente à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de 6 do corrente, tendo sido deliberado concordar com o ajustamento proposto ao n.º 1 da cláusula 28.ª da minuta do contrato, atendendo ao determinado pelo n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, reduzindo o reforço da caução em cada um dos pagamentos parciais previstos de 5 para 2%.-----

Deliberou ainda o Conselho que se mantenha inalterada a cláusula 39.ª da minuta do contrato, em virtude do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/A, de 29 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, prever a possibilidade, e não a obrigação, do dono da obra autorizar a liberação da caução decorrido o prazo de um ano da data da receção provisória da obra, salvaguardando o melhor interesse destes Serviços.-----

Também presente a minuta do contrato com o ajustamento proposto, para aprovação. -

**Face ao exposto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou concordar com o ajustamento proposto e aprovar a presente minuta do contrato.**-----

O Vereador José Élio Ventura leu a legislação que prevê os ajustamentos à minuta do contrato, bem como as razões, supracitadas da manutenção da cláusula 39.ª da minuta do contrato.-----

**Protocolo entre o Município e  
a Casa do Povo do Porto Judeu**

Ent. 501 - Minuta de protocolo entre o **Município de Angra do Heroísmo e a Casa do Povo do Porto Judeu** com vista à comparticipação de despesas de água de luz respeitantes ao Pavilhão Gimnodesportivo daquela freguesia para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta minuta de protocolo.**-----

A Presidente salientou que neste pavilhão treinam várias equipas do Município, anotando que já havia ficado deliberado que se iria celebrar o protocolo na reunião pública do Porto Judeu, no passado ano.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se não foram pagos os onze mil e quatrocentos euros no passado ano. A Presidente respondeu que não foi protocolado. O Vereador Fernando Dias chamou a atenção que não é referido que este respeita ao pedido feito no passado ano. A Presidente indicou que este protocolo foi aprovado por unanimidade e que ficou igualmente deliberado proceder-se à celebração do protocolo, concluindo que vem agora a reunião de Câmara, conforme foi deliberado.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se são conhecidos os valores dos gastos mensais. A Presidente respondeu que deduz que quando a proposta foi apreciada essa questão foi salvaguardada.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que parece que estavam a aprovar um segundo apoio. A Presidente respondeu que este não foi concedido em 2011.-----

O Vereador Alonso Miguel inquiriu sobre a anterior gestão do pavilhão. O Vereador Fernando Dias deu conta de ter sido da responsabilidade da Associação Cultural do Porto Judeu. A Presidente disse que esta é feita atualmente pela Casa do Povo, reiterando que há uma atividade intensa, motivada pelo número de equipas do Concelho que lá treinam, nomeadamente do Futsal.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se o pavilhão tem painéis solares. A Presidente disse não saber. O Vereador Alonso Miguel solicitou o envio, pelo responsável da Casa do Povo, de uma relação das receitas e despesas dos últimos anos.-----

**Protocolo entre o Município e  
a Delegação da Cruz Vermelha**

Ent. 266 - Minuta de protocolo entre o **Município de Angra do Heroísmo e a Delegação da Cruz Vermelha** com vista à comparticipação de despesas correntes desta entidade para o corrente ano para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta minuta de protocolo.**-----

A Presidente indicou que este ponto prevê a atualização do protocolo entre o município e a delegação da Cruz Vermelha, assinado anualmente, conforme os últimos anos.-----

**Alteração ao Protocolo com a  
Tertúlia Tauromáquica Terceirense**

Ent. 204 - Proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, datada de 7 de Fevereiro, no sentido de ser alterada a redação ao protocolo firmado com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense para a promoção da feira taurina no âmbito das Sanjoaninas. Para deliberação do órgão executivo nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta alteração.**-----

A Presidente indicou que este ponto já tinha sido discutido em reunião prévia, ficando previsto que o valor a atribuir em 2013 poderá ser objeto de revisão, sendo que em 2012 será de cento e vinte e cinco mil euros.-----

**Revogação de deliberação  
– apoio em espécie atribuído  
ao Sporting Clube “Os Leões”**

Ent. 1571 – Proposta datada de 2 de novembro de 2011, da então **Presidente da Câmara Municipal**, no sentido de ser revogada a deliberação tomada em reunião camarária de 1 de agosto de 2011, em que a Câmara Municipal atribuiu ao Sporting

Clube “Os Leões” um apoio em espécie, no valor de € 7 063,75 e consequentemente anulação do compromisso desta despesa, viabilizando, por conseguinte, a afetação desta verba a outro fim, como seja a manutenção do relvado sintético do Campo Municipal de Futebol de São Mateus. – **Este assunto foi retirado, a fim de serem efetuados novos contactos com a direção do Clube em causa.**-----

A Presidente deu conta que esta decisão foi tomada a partir de uma apreciação feita pela equipa de desporto da Culturangra, que averiguou quais os campos com maior necessidade de intervenção, em termos de reabilitação de sintéticos, sendo o de “Os Leões” um deles. Atendendo ao facto do clube “Os Leões” estar este ano com uma atividade muito reduzida é proposto pelo Técnico do Desporto que em vez de se apoiar esta equipa se apoie o campo de Futebol São Mateus, que é o próximo na lista.-----

O Vereador Alonso Miguel disse não concordar, manifestando que na opinião do próprio este dinheiro deverá ficar afeto à manutenção do campo da equipa de “Os Leões”, uma vez que é propriedade da Câmara. A Presidente esclareceu que são ambos municipais, retirando que a decisão tem por base a utilização intensa de um, em detrimento de outro que não é usado com a mesma frequência, ao nível da competição.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou se não há verba para o campo de São Mateus. A Presidente recordou que tinha ficado decidido que seria uma intervenção faseada, em que os mais necessitados ficariam na primeira fase.-----

O Vereador António Ventura questionou se houve algum diálogo com a direção. A Presidente respondeu negativamente. O Vereador acrescentou que o campo tem alguma atividade, que a Presidente disse ser ao nível de treinos. O Vereador António Ventura sugeriu que houvesse diálogo com o clube. O Vereador Fernando Dias sugeriu que seja apurada a necessidade de intervenção, que a Presidente afirmou já ter sido constatada pelos técnicos, ressalvando o critério da utilização.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se a gestão do campo de São Mateus é feito pela respetiva Junta de Freguesia. A Presidente deu conta que irá reunir essa informação.----

## Processo disciplinar

Ent. 1349 – Relatório final do instrutor, no qual se propõe a aplicação de pena de suspensão, pelo período de 90 (noventa) dias ao arguido Paulo Henrique Lopes Mendonça, nos termos e fundamentos do mesmo relatório, para deliberação do órgão executivo, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, a qual aprovou o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas. - **Após votação por escrutínio secreto, com 4 votos a favor e 3 abstenções, a Câmara Municipal deliberou aplicar a pena de suspensão de noventa dias ao arguido em causa.**-----

A Presidente explicou que se propõe a aplicação de pena de suspensão por noventa dias, por não ser reincidente e por ser o que está previsto na lei.-----

## Empreitada de Construção da Nova Escola de Santa Bárbara

Ent. 201 - Informação da **Diretora do Departamento de Valorização e Gestão de Recursos**, datada de 6 de fevereiro corrente, dando conta da situação respeitante ao procedimento da Empreitada de Construção da Nova Escola de Santa Bárbara, para deliberação do órgão executivo, na qualidade de órgão com competência para a autorização da despesa, por força do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou proceder à anulação deste procedimento e conseqüente cancelamento da garantia bancária.**-----

A Presidente passou a explicar que o processo da Escola de Santa Bárbara chegou à fase de adjudicação, nos moldes em que estava previsto inicialmente, para o primeiro e segundo ciclo. Atendendo a que, depois de ter sido feita a adjudicação, entendeu-se não se avançar com o segundo ciclo, havendo necessidade de ser feita uma adaptação ao projeto. Nesse sentido, o empreiteiro, depois de ter estabelecido um diálogo com o anterior elenco camarário, aceita não receber indemnização, desde que lhe seja libertada a caução, concluindo ser este o objeto da votação do atual ponto.-----

---

O Vereador Alonso Miguel questionou se o projeto já foi revisto. A Presidente disse que está de momento a ser revisto, acrescentando que foi estabelecido diálogo com a Secretaria Regional da Educação e que será avançado o projeto do primeiro ciclo, que é da competência da autarquia, acrescentando que o Governo Regional assumirá a parcela referente à construção do pavilhão.-----

**Aquisição de 4 fogos a custos controlados**  
**sitos na Canada dos Cales,**  
**Freguesia dos Altares**

Ent. 4701 – Ofício da empresa **EDIFER – Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A**, datado de 7 de setembro de 2010, dando conta dos fogos em condições de serem adquiridos pelo Município, pelo que em conformidade com o despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datado de 13 do mês em curso, foi autorizada a compra de 4 fogos a custos controlados sitos na Canada dos Cales na freguesia dos Altares, no valor total de € 295.434, mediante aprovação da minuta do contrato de compra e venda.-----

Assim, verificando-se uma decisão da Senhora **Presidente da Câmara Municipal** geradora de custos ou proveitos, tomada no âmbito do exercício de competência delegada, envia-se à Câmara Municipal para conhecimento nos termos do disposto no artigo 65.º, n.º3, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

O Vereador Fernando Dias questionou se as casas já estão todas adquiridas. A Presidente deu conta de faltarem as de São Sebastião, anotando que houve processos simples e outros mais demorados, porque envolviam particulares, ressaltando que a empresa teve algumas dificuldades com a regularização dos registos de alguns terrenos.-----

O Vereador Fernando Dias indagou sobre os encargos. A Presidente indicou que acaba por resultar num custo zero para autarquia, uma vez que o IHRU assume uma percentagem e o Governo Regional assegura os juros com o remanescente e o empréstimo do remanescente. O Vereador Fernando Dias inquiriu sobre os custos para

a Autarquia. A Presidente deu conta de já ter prestado esta informação e que a mesma consta em ata de uma das primeiras reuniões do atual executivo. Assim, indicou que o IHRU vai participar com setecentos e catorze mil euros e o Governo Regional com quinhentos e vinte e nove mil, de capital e cento e sete de juros, concluindo que em termos de Autarquia não assume despesa direta. Afirmou ainda que, com estes valores, encerram este processo das habitações sociais.-----

**Contrato de comodato**  
**– Associação Waldorf dos Açores**

Ent. 6138 - Carta da **Associação Waldorf dos Açores**, dando conta do termo do contrato de comodato celebrado com este Município, em 5 de Janeiro de 2010, o qual tem por objeto a cedência gratuita do antigo edifício escolar de S. Bartolomeu. Para conhecimento do órgão executivo municipal, face à competência prevista no artigo 64.º, n.º 4 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**Fora da Agenda**

**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

**Licença de Recinto Improvisado**

Ent. 784 - Pedido de emissão de licença de recinto improvisado, para a realização da festa dos trintões, no dia 11 de Fevereiro de 2012, no Cambalim, freguesia de São Bento, efetuado por Carlos Filipe do Ó Ribeiro, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

A Presidente explicou que o pedido entrou entre reuniões de Câmara, tendo por isso sido autorizado pela própria.-----



O Vereador Fernando Dias questionou sobre o local da festa, a propósito de questões associadas ao ruído. A Presidente situou o local, anotando que o mesmo se encontra isolado, não havendo por isso questões associadas a incómodos com ruído.-----

**Atribuição de apoios**  
**– bailinhos e danças de Carnaval**

Ent. 1550 - Proposta da presidente da Câmara, datada de 8 do corrente no sentido de ser atribuído um apoio no valor de € 430,27 a cada um dos quatro grupos de teatro popular que no Carnaval 2011 também atuaram no Teatro Angrense, que constam da listagem em anexo e que neste momento reúnem os requisitos para deliberação do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou um apoio no valor de €430,27 (quatrocentos e trinta euros e vinte e sete cêntimos) a cada um dos grupos constantes da listagem em anexo à presente proposta.**-----

A Presidente destacou que oito bailinhos do passado ano ainda não tinham entregue os documentos para instrução do processo, sendo agora presentes quatro, ficando ainda outros quatro em falta. Indicou que o valor do apoio, a cada um, é de quatrocentos e trinta euros e vinte e sete cêntimos.-----

**Atribuição de apoios**  
**– coletividades desportivas e atletas individuais**

Ent. Proposta do vereador José Élio Ventura, datada de 10 de Fevereiro de 2012, no sentido de serem atribuídos apoios às coletividades desportivas e atletas individuais constantes do quadro anexo, nos termos do Regulamento de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais do Concelho de Angra do Heroísmo, no valor total de €239 000,51 (duzentos e trinta e nove mil euros e cinquenta e um cêntimos).-----

Presente também para autorização do órgão executivo as minutas dos contratos programa a celebrar com as Coletividades Desportivas e Atletas Individuais. – **A Câmara Municipal, com 2 votos a favor dos Ver. do PS e 3 abstenções dos Ver. do PSD e do Ver. do CDS-PP, aprovou esta proposta, bem como as respetivas minutas dos contratos programa a celebrar.**-----

**A Presidente da Câmara ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedida, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

Na ausência da Presidente, o Vereador José Élio Ventura apresentou a proposta, referindo de seguida a presença do Dr. Ricardo Matias para eventuais esclarecimentos solicitados.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o valor global da coluna 24, supondo ser um lapso. Referiu estar a falar numa proposta de apoio aos clubes de duzentos e trinta e cinco mil euros, cuja atividade não corresponde ao ano civil. O Vereador Fernando Dias reportou-se de seguida ao Orçamento, anotando que não poderá haver pagamentos superiores a duzentos mil euros, para efeitos de cabimentação orçamental. O Vereador Fernando Dias recordou ter sido crítico, não em relação aos critérios, mas em relação a uma cláusula em que os clubes não poderiam ter o seu subsídio diminuído em mais de 75%, em relação a anos anteriores. Considerou que deveria ter sido estabelecido um diálogo com os clubes, no sentido de apresentarem propostas e fazê-los perceber que os novos critérios alteram a situação, quando comparado com os valores recebidos em 2011, não só por causa da questão dos 75%, mas fundamentalmente por haver uma dotação global de duzentos mil euros, quando no ano transato foi de trezentos mil euros, sublinhando o corte aos clubes no valor de cem mil euros. Manifestou que a preocupação se prende com a situação financeira complicada dos clubes. Indicou ainda outra questão, relacionada com o facto de estarem a atribuir estas verbas depois de mais de metade dos orçamentos dos clubes já estarem em execução. Realçou a proposta da Câmara de acrescentar cinquenta mil euros à dotação, considerando que se fossem só duzentos mil o problema era muito maior. Referiu-se ainda ao diálogo que foi estabelecido com os clubes, relativamente aos critérios, considerando que estes ainda não se aperceberam do impacto desta situação, designadamente da redução de cinquenta mil euros. Realçou que apesar do diálogo com os clubes em relação aos critérios, deveria ter sido feito um esforço complementar, anotando ter-se batido por isso, votando negativamente contra o regulamento, por não ter sido acautelada devidamente a redução das verbas, que disse que deveria ter sido feita de uma forma mais gradual para haver uma adaptação dos clubes. Concluiu que o

PSD vai viabilizar a atribuição dos apoios, por forma a não prejudicar os clubes. Indagou sobre a abertura da Câmara, em sede de revisão orçamental, fazer um segundo ajustamento, para além do que está a fazer, à dotação global, para fazer face a alguns problemas financeiros que possam existir.-----

O Vereador António Ventura acrescentou as questões relacionadas com as expectativas e a realidade. Manifestou que foi unânime por parte dos clubes que os contactaram, que havia o compromisso, assumido em reuniões com estes clubes, que a verba de 2012 não seria reduzida e que, em caso disso, seria compensada por força da aplicação de majorações. Concluiu que os clubes fizeram o seu planeamento com base neste compromisso oral, anotando que encontrando-se a meio da época desportiva e que agora os clubes são confrontados com reduções de verbas que constituem uma surpresa, uma vez que não foram avisados. O Vereador António Ventura recordou a altura em que a Câmara da Praia anunciou a redução do apoio aos clubes e que, a propósito, questionaram o executivo de então sobre a possibilidade de redução aos clubes e coletividades do concelho de Angra e que a resposta foi que não estava prevista qualquer redução. Manifestou que são legítimas as críticas dos clubes em relação ao que foi o compromisso e em relação ao que estava previsto receber. Concluiu que a proposta do PSD é que haja uma revisão, que possa ir de encontro às expectativas dos clubes.-----

O Vereador Alonso Miguel disse estar de acordo com as declarações dos Vereadores do PSD, anotando que, ao que parece, houve um compromisso, que agora não é cumprido, considerando que esta situação significa uma falta de respeito para com os clubes, que vão sentir fortemente o impacto dessa situação.-----

O Vereador José Élio Ventura deu conta de ter feito uma análise da situação, apontando que estes clubes propostos receberam, no ano transato, uma verba global de duzentos e dezassete mil euros e este ano recebem uma verba de duzentos e trinta e cinco mil euros, concluindo que a verba do corrente ano acaba por ser um pouco maior do que a do passado ano. Destacou ainda que há clubes que descem e outros que sobem no que se refere aos valores, anotando que poderá ser feita de futuro uma reflexão sobre o regulamento, porque se a dotação for aumentada há clubes que continuam a ter uma diferença, para menos, substancial, concluindo que esta não resolve os problemas de

alguns clubes. Afirmou ainda que, a existir algum problema de facto este está no regulamento em vigor.-----

O Dr. Ricardo Matias interveio para referir que, sem a situação do Lusitânia, a verba disponível para este ano é ligeiramente superior ao ano passado, ressalvando existir uma condicionante ao nível da atividade nacional, onde disse existir a maior diferença, uma vez que houve equipas que subiram de divisão, o que significa que trata-se da mesma verba a dividir por mais equipas. Constatou que na tabela se verifica que os clubes que são mais penalizados são os que têm atividade nacional.-----

O Vereador António Ventura reiterou a questão das majorações do regulamento, que possibilitariam repor a mesma verba, por forma a não penalizar os clubes, anotando que esta foi a informação que lhes transmitiram, resultado do diálogo do anterior executivo com estes clubes. Indagou se este cenário se aplica.-----

O Dr. Ricardo Matias explicou que mesmo a verba sendo a mesma os clubes nunca vão receber o mesmo valor, reafirmando a questão de existirem mais duas equipas nos campeonatos nacionais. Sobre a questão dos 75%, indicou que a situação só se verifica no primeiro ano, de transição.-----

O Vereador Alonso Miguel concluiu que estas são as regras, aprovadas também pelos clubes, anotando concordar com o Vereador Fernando Dias em relação ao facto de alguns não terem percebido bem as consequências. A esse propósito, o Vereador Fernando Dias realçou que chamou a atenção para o facto de a situação ter de ser devidamente clarificada. O Vereador Alonso Miguel diferenciou aquela que é a divisão do valor global, de acordo com regulamento, daquele que é o valor global do apoio a atribuir.-----

O Vereador Fernando Dias considerou a necessidade de ser definida, juntamente com os clubes, qual a política desportiva do município, por forma a que exista uma orientação no sentido do apoio da formação ou da atividade nacional, com atletas do Concelho ou da Região. Sublinhou que estes critérios devem ser apurados, para que possa ser transmitida aos clubes a política desportiva do município. Concluiu que, no atual cenário de dificuldades dos clubes, a proposta que faz é avançar com estes apoios da forma

como estão definidos, independentemente de poderem voltar a discutir a questão, nomeadamente ao nível do regulamento. Atentou ainda sobre o desfazamento entre a altura em que os clubes fazem o orçamento para a época e o momento em que conhecem as verbas que vão receber, o que disse que poderá evitar colapsos financeiros.-----

O Dr. Ricardo Matias acrescentou que, ao nível do regulamento, foram ouvidas todas as modalidades e clubes do Concelho, anotando que este foi discutido e alterado várias vezes, mediante as questões colocadas. Em relação à política desportiva, considerou que poderá ser revista, mas que ao nível da Câmara cabe a decisão sobre o montante a atribuir às três áreas de apoio do regulamento. Indicou ainda que este ano, com base nas simulações feitas, manteve-se o mesmo montante para a formação, o mesmo do desporto não profissional, tendo apenas sido feita uma alteração à atividade nacional.----

O Vereador Fernando Dias reiterou a importância da clarificação da política municipal, por forma a apurar os interesses desportivos do concelho, e reequacionar o regulamento, destacando que no próximo ano os problemas vão agravar-se, uma vez que deixa de existir a regra dos 75%.-----

O Vereador José Élio Ventura apontou que, em relação à alteração do regulamento, poderá ser uma questão a ser abordada, nomeadamente em relação aos critérios. Em relação ao desfazamento entre a altura da orçamentação dos clubes e da atribuição dos apoios, apontou que, ao nível da Câmara, tem de haver o enquadramento de uma determinada dotação orçamental, antes do orçamento ser aprovado. Referiu ainda, em relação a uma possível alteração do orçamento, que esta poderá ser vantajosa para o ano em questão e eventualmente não ser em relação aos anos vindouros.-----

Os Vereadores e o Dr. Ricardo Matias falaram do prazo da apresentação de candidaturas, feito normalmente em Setembro, depois de serem entregues os resultados dos clubes em Julho, ressalvando a situação excecional do ano transato que resultou num atraso.-----

Ainda relativamente a uma eventual alteração do regulamento, o Vereador Fernando Dias frisou a importância do envolvimento dos clubes, para que estes saibam como devem orientar as suas atividades. Ainda sobre o atual regulamento, o Dr. Ricardo

Matias explicou que existem dois tipos de cenários: um com teto e outro sem teto, destacando que no atual cenário - o primeiro, é o que está em utilização, já que se fosse o segundo, e com a situação de subida de divisão de várias equipas, trinta e cinco mil euros não seriam suficientes.-----

O Vereador José Élio Ventura considerou que o problema não está ao nível da dotação orçamental, reiterando que para o mesmo grupo de clubes no ano anterior foram atribuídos duzentos e dezassete mil euros e este ano são atribuídos duzentos e trinta e cinco mil euros. Frisou que mesmo que seja aumentada a dotação para este ano os clubes continuarão a receber menos.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou sobre o valor de duzentos e dezassete mil euros. O Dr. Ricardo Matias explicou que o valor não chegou aos trezentos mil euros porque o Sport Clube Lusitânia não reúne as condições para receber todos os apoios.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que há clubes que não estavam na lista no ano passado e que estão este ano e que há clubes que estavam na lista no passado ano e que não estão este ano, concluindo que, da explicação do Dr. Ricardo Matias, se depreende que os clubes mais penalizados são os que têm muita atividade nacional.-----

O Vereador António Ventura indicou que no passado ano foi assinado contrato com vinte e oito clubes e coletividades desportivas do Concelho, questionando sobre os números deste ano. O Dr. Ricardo Matias referiu que na lista estão vinte e um, acrescentando que já receberam da segunda fase, que terminou no dia 31 de janeiro, mais candidaturas, que das contas feitas não ascenderiam a quinze mil euros, dando exemplos como: dança desportiva, canoagem, vela, jet ski e ténis de campo, que são as modalidades cuja atividade corresponde ao ano civil.-----

O Dr. Ricardo Matias esclareceu, ainda, que houve apenas uma fase. Indicou ainda que, em relação ao ano transato, este ano houve apresentação de grupos de trabalho que contemplavam os escalões quase todos, concluindo que o número de clubes não divergiu muito, mas sim os grupos de trabalho.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para que esta deliberação implica um aumento do Orçamento em cinquenta mil euros.-----

O Vereador Fernando Dias questionou, ainda, sobre a forma de pagamento. O Dr. Ricardo Matias respondeu que no contrato programa está previsto o pagamento em duas tranches, sendo que a segunda tranche está prevista para depois da entrega do relatório, até 30 de junho, uma vez que no ano passado detetaram algumas situações de incumprimento. Indicou ainda que a primeira tranche, de cinquenta por cento do valor orçamentado, é entregue na altura da assinatura do contrato.-----

**Atribuição de apoio**  
**– Sport Club Lusitânia**

Ent. n.º 818 – Ofício s/n, datado de 8 de Fevereiro de 2012, do Sport Club Lusitânia solicitando que lhes seja atribuído um apoio de € 18.178,73, acompanhado de informação da Diretora do Departamento de Valorização e Gestão de Recursos. Para autorização do órgão executivo, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir o citado apoio ao Sport Clube Lusitânia.**-----

A Presidente explicou que o ofício solicita a atribuição do apoio supracitado, relativo a uma verba que teria sido atribuída a este clube, mas que como não reunia as condições legais não a recebeu. Anotou que agora já reúne as condições e que tal se refere a uma verba que estava protocolada há cerca de dois anos.-----

O Vereador Fernando Dias questionou a diferença entre o valor pedido e o proposto pela Câmara. O Vereador José Élio Ventura indicou que o valor supracitado é o que está constante em relatórios da Câmara. O Vereador Fernando Dias indicou ainda que no SGD dizia que era necessário, para ser atribuído este apoio, que a entidade entregue a solicitação da retenção. A Presidente confirmou anotando que vão receber menos vinte e cinco por cento do valor supracitado, que é a retenção, o que decorre de uma alteração à legislação.-----

**Comparticipação do Prémio Nacional**  
**“Memória e Identidade” a atribuir ao Arquiteto Álvaro Siza Vieira**

Ent. 205 – Informação n.º 1/2012, de 8 de janeiro de 2012, da Unidade de Gestão Estratégica e Serviços Integrados - ETPC, referente às comemorações do Dia Nacional dos Centros Históricos. Para deliberação do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou participar a Associação de Municípios com Centro Histórico com um apoio de €5 000,00 (cinco mil euros), para que o prémio e divulgação nacional seja uma iniciativa conjunta e exclusiva da APMCH e esta Edilidade.**-----

**Empreitada de Reabilitação e criação de arruamentos do Concelho –**  
**- pacote 3 – 2008 – Variante norte ao Raminho – suspensão dos trabalhos**

Ent. 210 - Proposta do CDUIM para suspensão parcial dos trabalhos da empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos do Concelho, Pacote 3, Variante Norte ao Raminho. Vem informado favoravelmente pelo DDSGT. Para deliberação de acordo com o disposto nas alíneas b) e c) do artigo 365.º do CCP. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta.**-----

A Presidente deu conta que o referido pedido tem como objetivo que seja revisto o traçado junto a uma moradia, situação para a qual o Presidente da Junta de Freguesia do Raminho chamou a atenção. Indicou que se solicita que suspendam os trabalhos para requalificação da via, no prazo de sessenta dias.-----



**Empreitada de Reabilitação e criação de arruamentos do Concelho – pacote 3 –**

**2008 – Av. General Ferreira Gomes – trabalhos a mais**

Ent. 824 – Proposta da fiscalização da empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos do Concelho, Pacote 3, para aprovação de trabalhos a mais. Vem informada favoravelmente pelo CDUIM e DDSGT. Para deliberação da CMAH de acordo com o disposto no artigo 370.º do CCP. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta.**-----

A Presidente explicou que no decorrer dos trabalhos, e depois de levantarem o pavimento, encontrou-se um piso muito irregular, situação que, a aplicar o previsto, iria diminuir o tempo de vida útil da estrada. Indicou, ainda, que esta situação não podia ter sido detetada anteriormente, acrescentando que houve o cuidado de falar com a fiscalização, que deu a mesma informação. Indicou que os trabalhos a mais são na ordem dos treze mil euros e de aumento do tempo de obra em cerca de uma semana, concluindo não haver grandes implicações.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu qual a data de conclusão da obra. A Presidente indicou que deverá ser, segundo informação prestada à própria, dentro de uma semana e pouco.-----

**Empreitada de Reabilitação e criação de arruamentos do Concelho – pacote 3 –**

**2008 – Av. Tenente Coronel José Agostinho – trabalhos a mais**

Ent. 825 – Proposta da fiscalização da empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos do Concelho, Pacote 3, para aprovação de trabalhos a mais. Vem informada favoravelmente pelo CDUIM e DDSGT. Para deliberação da CMAH de acordo com o disposto no artigo 370.º do CCP. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta.**-----

A Presidente indicou que os trabalhos a mais se devem à colocação das caldeiras, no montante de mil, cento e vinte euros.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou a razão de esta colocação não ter sido programada com antecedência. A Presidente respondeu não saber precisar, anotando que há situações que decorrem da própria execução. O Vereador Alonso Miguel indagou em termos temporais qual o atraso na conclusão da obra. A Presidente indicou ser entre uma semana a quinze dias.-----

### **Ajustes diretos à empresa João de Freitas Cardoso**

Proposta do Vereador do CDS-PP, de 13 de Fevereiro de 2012, no sentido de ser solicitado ao consultor jurídico da CMAH, MSAF, Lda., um parecer jurídico que ateste cabalmente sobre a legalidade dos ajustes diretos, no valor de cerca de 160 mil euros, à empresa João de Freitas Cardoso, bem como que sejam suspensos os pagamentos dos bens e serviços contratados até que seja entregue à Edilidade o citado parecer jurídico. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta, sendo retirado o segundo ponto da mesma.**-----

A Presidente indicou que é referida a adjudicação de um ajuste direto à empresa João de Freitas Cardoso no dia 10 de janeiro de 2012, anotando que a mesma não aconteceu, colocando a hipótese de se referir a um contrato anteriormente celebrado. A Presidente anotou que, nesta fase, seria importante recolher todos os dados para esclarecimento e solicitar-se o parecer ao consultor jurídico, mas em relação à suspensão do pagamento, anotou haver parecer anterior que diz que não há qualquer incompatibilidade, indagando com que fundamento irão suspender o pagamento.-----

O Vereador António Ventura indicou considerar que a proposta se refere ao período posterior ao dia 2 de Dezembro de 2011.-----

Sobre a suspensão dos pagamentos, a Presidente questionou sobre qual a legitimidade para a mesma, sem fundamento legal. Nesse sentido, sugeriu que o parecer venha, com urgência, à próxima reunião de Câmara.-----

O Vereador José Élio Ventura chamou a atenção para os trabalhos previstos, considerando que não é possível reter os pagamentos em prazos alargados.-----

O Vereador Alonso Miguel indicou que a sugestão é que os pagamentos sejam suspensos até à receção do parecer. A Presidente indicou o prazo de pagamento da Câmara de sessenta dias, chamando a atenção que há prazos de pagamento pós execução, indicando que a solução será pedir o parecer rapidamente.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se há algum pagamento a ser feito nos próximos quinze dias. A Presidente disse não saber, sugerindo que o segundo ponto da recomendação seja adiado para a próxima reunião.-----

O Vereador Alonso Miguel anotou querer esclarecer a situação dos trinta e três mil euros, indicando ter um documento que refere que o contrato foi adjudicado. A Presidente esclareceu que são fases diferentes de um mesmo procedimento e que este pode ser um procedimento anterior. A Presidente indicou que ninguém dos serviços se recorda desta situação, mas que a mesma será apurada. O Vereador António Ventura sugeriu a eliminação da segunda parte da proposta.-----

O Vereador Alonso Miguel concordou com a retirada do ponto dois da proposta, anotando a urgência do parecer. A Presidente concordou, concluindo que fica a ressalva de que serão esclarecidas as questões levantadas na próxima reunião.-----

## ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....